



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

VOTO Nº 925/2015

PROCESSO MPF Nº 1.20.000.002202/2014-51

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO

PROCURADOR OFICIANTE: DOUGLAS GUILHERME FERNANDES

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

NOTÍCIA DE FATO. ENVIO DE E-MAILS MALICIOSOS EM NOME DO MPF E DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. 1) REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC Nº 75/93. ART. 62, INC. IV). CASO EM QUE NÃO HOUVE ATIVIDADE INVESTIGATIVA POR PARTE DA AUTORIDADE POLICIAL OU DO REPRESENTANTE DO *PARQUET* FEDERAL. CONCLUSÃO PREMATURA PELA INVIABILIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA DELITIVA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO. 2) REVISÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES (ENUNCIADO Nº 32 DA 2ª CCR). MENSAGENS ELETRÔNICAS DA MESMA NATUREZA ENVIADAS A INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. INEXISTÊNCIA DE LESÃO A BENS, SERVIÇOS E INTERESSE DA UNIÃO. HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

1. Trata-se de Notícia de Fato instaurada para apurar o envio de e-mails maliciosos em nome do Ministério Público Federal e de duas instituições bancárias (uma pública e outra privada) que se prestam à obtenção de dados pessoais do destinatário.

2. O il. Procurador da República promoveu o arquivamento do feito quanto ao envio de e-mails em nome do MPF com base no argumento de não haver dano e não ser possível identificar linha de investigação a justificar a realização de diligências. Com relação aos e-mails encaminhados às instituições bancárias, promoveu o declínio de atribuições em favor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, uma vez ausente lesão a bem, serviço ou interesse federal.

3. No atual estágio da persecução criminal, em decorrência dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do *in dubio pro societate*, apenas seria admitido o arquivamento do procedimento apuratório se ausentes elementos mínimos da autoria e/ou da materialidade delitivas, após esgotadas as diligências investigatórias, ou se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade. Não é, contudo, o caso dos autos.

4. No presente caso, é forçoso reconhecer que sequer houve uma apuração inicial dos fatos. Ao que se tem, nenhum trabalho investigativo foi levado a cabo pela autoridade policial ou pelo il Procurador da República oficiente, não se buscando, ao menos, localizar e ouvir o denunciante que recebeu por e-mail notificação em nome do Ministério Público Federal para comparecer a uma audiência.

5. Não é possível, pois, concluir, prematuramente, pela ausência de dano a ente federal ou de linha investigativa apta a identificar a autoria delitiva.
6. Com relação às mensagens eletrônicas da mesma natureza encaminhadas em nome de duas instituições bancárias (uma pública e outra privada), falece atribuição ao *Parquet* Federal para atuar no caso, pois inexistente lesão direta a bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades.
7. Designação de outro membro para prosseguir na persecução penal no tocante aos e-mails mal intencionados enviados em nome do MPF, recomendando-se a requisição de abertura de inquérito policial para apuração do fato. Homologação do declínio de atribuição quanto às mensagens eletrônicas encaminhadas em nome das instituições bancárias referidas.

Trata-se de Notícia de Fato instaurada para apurar o envio de e-mails maliciosos em nome do Ministério Público Federal e de instituições bancárias pública e privada (Banco do Brasil e Bradesco) que se prestam à obtenção de dados pessoais do destinatário.

O il. Procurador da República promoveu o arquivamento do feito quanto ao envio de e-mails em nome do MPF com base no argumento de não haver dano e não ser possível identificar linha de investigação a justificar a realização de diligências. Com relação aos e-mails encaminhados às instituições bancárias, promoveu o declínio de atribuições em favor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, uma vez ausente lesão a bem, serviço ou interesse federal (fl. 9/9v).

Os autos foram remetidos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 62, IV, da LC nº 75/93.

É o relatório.

O presente apuratório deve prosseguir no tocante ao encaminhamento de e-mails maliciosos em nome do Ministério Público Federal.

No atual estágio da persecução criminal, em decorrência dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do *in dubio pro societate*, apenas seria admitido o arquivamento do procedimento apuratório se ausentes elementos mínimos da

autoria e/ou da materialidade delitivas, após esgotadas as diligências investigatórias, ou se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade. Não é, contudo, o caso dos autos.

No presente caso, é forçoso reconhecer que sequer houve uma apuração inicial dos fatos. Ao que se tem, nenhum trabalho investigativo foi levado a cabo pela autoridade policial ou pelo il Procurador da República oficiante, não se buscando, ao menos, localizar e ouvir o denunciante que recebeu por e-mail notificação em nome do Ministério Público Federal para comparecer a uma audiência.

Não é possível, pois, concluir, prematuramente, pela ausência de dano a ente federal ou de linha investigativa apta a identificar a autoria delitiva.

Com relação às mensagens eletrônicas da mesma natureza encaminhadas em nome de duas instituições bancárias (Banco do Brasil e Bradesco), falece atribuição ao *Parquet* Federal para atuar no caso, pois inexistente lesão direta a bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades.

Ante o exposto, voto pela designação de outro membro para prosseguir na persecução penal no tocante aos e-mails mal intencionados enviados em nome do MPF e pela homologação do declínio de atribuição quanto às mensagens eletrônicas encaminhadas em nome das instituições bancárias referidas.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Mato Grosso, para as providências pertinentes, cientificando-se o Procurador da República oficiante, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 4 de março de 2015.

**José Bonifácio Borges de Andrada**  
Subprocurador-Geral da República  
Coordenador – 2ª CCR

/LC.